



DESENVOLVIMENTO, DESASTRES E RECONSTRUÇÃO: O CASO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA/SP, BRASIL¹

Victor Marchezini²

Juliana Sartori³

Juliano Costa Gonçalves⁴

Resumo

Desastres têm sido cada vez mais recorrentes em diferentes partes mundo e as políticas de reconstrução e recuperação têm sido um desafio em comum. Esse processo tem adquirido pouca visibilidade no Brasil. O objetivo deste artigo é descrever e analisar o desenvolvimento do município de São Luiz do Paraitinga e as políticas de reconstrução no pós-impacto das inundações ocorridas em janeiro de 2010. A metodologia do trabalho incluiu pesquisa bibliográfica, documental e de campo no município no período de 2010 a 2013, entendendo que o processo de recuperação vai além do compreendido pela pesquisa. A política de reconstrução foi caracterizada pela substituição daquilo que se perdeu, reproduzindo uma ordem socioespacial de outrora que historicamente se mostrou insustentável.

Recebimento: 20/6/2016 • Aceite: 11/4/2017

¹ Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no XXIX Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia em Santiago, Chile, em 2013.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador adjunto-I no Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), Cachoeira Paulista – SP, Brasil. E-mail: victor.marchezini@gmail.com

³ Mestre em Ciências pelo Programa de Pós Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: sartoriju@gmail.com

⁴ Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. E-mail: juliano@ufscar.br

O estudo aponta para a necessidade de subsidiar as políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres em associação às políticas de desenvolvimento sustentável e redução do risco de desastres.

Palavras-chave: São Luiz do Paraitinga; reconstrução; recuperação; desenvolvimento; desastre

DEVELOPMENT, DISASTER AND RECONSTRUCTION: THE CASE OF SÃO LUIZ DO PARAITINGA/SP, BRASIL

Abstract

Disasters have been increasingly in different parts of the world and the disaster reconstruction and recovery policies have been a challenge in common. This process has gained little visibility in Brazil. The purpose of this article is to describe and analyze the development of the municipality of São Luiz do Paraitinga and reconstruction policies in post-impact of the floods in January 2010. The methodology of work includes literature, documentary and field research. This study began in January 2010 and ended in June 2013, although the social process of long-term disaster recovery exceeds the period of this research. Reconstruction policy was characterized by the replacement of what was lost, playing a socio-spatial order of once historically proved unsustainable. The study recommends the connection between disaster recovery policies in association with sustainable development and disaster risk reduction policies.

Keywords: São Luiz do Paraitinga; reconstruction; recovery; development; disaster

Introdução

Desenvolvimento não tem uma definição “esclarecedora e conclusiva sobre o seu significado” (SANTOS, et al., 2012, p. 58). Enquanto fenômeno social, o desenvolvimento é multifacetado (BRANDÃO, 2009; ADELMAN, 2001), “não-linear, dependente da trajetória, um processo dinâmico que envolve sistematicamente mudanças nos padrões de interação entre os diferentes aspectos do desenvolvimento” (ADELMAN, 2001, p. 130).

Desenvolvimento e crescimento econômico não são sinônimos, sendo o crescimento econômico uma variação no PIB, ou seja, uma mudança percentual na atividade econômica mensurada (VIEIRA e SANTOS, 2012). Furtado (2004, p. 484) lembra que o *desenvolvimento* se “caracteriza pelo seu projeto social subjacente, (...) quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida” da população. O desenvolvimento deve proporcionar aos cidadãos de um país as condições mínimas, de acordo com o padrão culturalmente estabelecido, para a manutenção da dignidade e o exercício da cidadania (CARVALHO, 2002). O conceito de desenvolvimento é inerente aos valores historicamente construídos de cada sociedade (VIEIRA e SANTOS, 2012). O desenvolvimento “deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão” (Brandão, 2009, p. 154). Para se desenvolver, cada país “depende de suas características próprias (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais)” (SANDRONI, 2002, p. 169). O desenvolvimento se realiza em um território, construído pela cultura, história e redes sociais ali presentes (DALLABRIDA, 2016). O termo desenvolvimento territorial faz referência a um processo que é situado histórica e territorialmente; que se origina na dinâmica territorial, “pela pontencialização, uso, aproveitamento dos seus recursos e ativos”, sendo fundamentais, “da mesma forma e na mesma intensidade, recursos e ativos materiais ou imateriais, genéricos e específicos” do território (DALLABRIDA, 2016, p. 32). Por fim, o desenvolvimento territorial tem interligação com dinâmicas intra, extra e supraterritoriais (DALLABRIDA, 2016).

Há uma importante correlação entre desenvolvimento territorial e desastres. Os países considerados desenvolvidos têm, em média, 23 mortos quando afetados por um desastre, enquanto os países em desenvolvimento, por sua vez, têm mais de 1000 mortos por desastre (MACBEAN, 2012).

Investimentos em desenvolvimento e em redução do risco de desastres por vezes são diferentes, mas perseguem o mesmo objetivo: a proteção social. Porém, é o próprio modelo de desenvolvimento que cria novas ou aumenta as vulnerabilidades existentes que deveria, por definição, diminuir. Existe, então, um paradoxo que se torna visível, muitas vezes, com a revelação das vulnerabilidades do território, quando ocorre o desastre. O desastre acontece quando uma ameaça alcança uma sociedade vulnerável, atingindo as pessoas e as coisas que são valiosas (TIERNEY, 1994). Os desastres produzem a interrupção da vida social de milhões de pessoas a cada ano no Brasil (VALENCIO, 2010).

Quando um desastre atinge uma população, provoca perdas materiais e imateriais. As perdas imateriais não são quantificáveis e estão relacionadas, principalmente, com a perda de vidas humanas e dos bens simbólicos e culturais. As perdas materiais, por outro lado, são quantificáveis, embora nem sempre com precisão, e sugerem estimativas que permitem compreender as perdas ocasionadas por desastres. Não existe um “comportamento ou padrão determinado nas consequências e na magnitude dos danos ocasionados pelos diferentes desastres” (CEPAL; BID, 2000, p. 10). O padrão existente em termos de danos varia de acordo com uma combinação de fatores que incluem:

- o tamanho da economia e sua situação antes do evento;
- a estrutura produtiva, a magnitude e natureza do fenômeno;
- o tempo e a duração do desastre;
- o grau de organização e participação social;
- a capacidade política institucional; e,
- a forma como o governo, a sociedade e a comunidade internacional enfrentam o problema (CEPAL; BID, 2000).

O objetivo deste artigo é descrever e analisar o desenvolvimento brasileiro e sua relação com desastres e estudar o caso do município de São Luiz do Paraitinga e as políticas de reconstrução no pós-impacto das inundações ocorridas em janeiro de 2010. A metodologia do trabalho incluiu pesquisa bibliográfica, documental e de campo no município no período de 2010 a 2014, entendendo que o processo de recuperação vai além do compreendido pela pesquisa.

São Luiz do Paraitinga, município do Estado de São Paulo, Brasil, tem uma população de 10.397 habitantes, dos quais 6.180 residem em área urbana (59,4% do total) e 4.217 em área rural (40,6%

do total). Em termos etários, dos 10.397 habitantes, 15,64% (1.626 pessoas) tem mais de 60 anos (FIBGE, 2011).

O município foi fundado às margens do rio Paraitinga que, entre os dias primeiro e quatro de janeiro de 2010, ficou com suas águas 12 metros acima de seu nível normal inundando, principalmente, o centro histórico com o maior conjunto de casarões do século XIX do Estado de São Paulo.

Este trabalho está dividido em duas seções para além da introdução e da conclusão. A próxima seção discute a relação entre desenvolvimento e desastres no Brasil e a seção seguinte discute o processo de reconstrução do município de São Luiz do Paraitinga.

Desenvolvimento e desastres no Brasil

O Brasil é um caso emblemático de um crescimento econômico que não se transformou em desenvolvimento. A melhora do padrão de vida não ocorreu para a totalidade da população. Pobreza, segregação socioespacial urbana, miséria, violência, desigualdade social são algumas das mazelas que não foram superadas pelo modelo de desenvolvimento que ocorreu no Brasil (GONÇALVES, 2010a). Além disso, houve grande devastação ambiental em nome do progresso, com aumento da poluição e da degradação ambiental, resultando na perda de qualidade de vida.

O processo de desenvolvimento brasileiro, assim com o de outros países, negligenciou a dimensão ambiental. Para Sachs (2000), a humanidade se depara, atualmente, com dois problemas: o social e o ambiental. Para superar esses problemas é preciso conceber outro estilo de desenvolvimento capaz de produzir soluções integrando as finalidades sociais e ambientais do desenvolvimento, sem desrespeito às regras de prudência ecológica e de justiça social e, por fim, sem se esquecer dos preceitos de eficiência econômica. Além disso, Sachs (2000) afirma que é preciso levar a sério o princípio de responsabilidade com as gerações futuras.

O desenvolvimento insustentável, do ponto de vista ambiental e social, criou um conjunto de vulnerabilidades associadas com a degradação socioambiental. A consequência disto é o aumento do número e da intensidade dos desastres que ocorrem no país nos últimos anos. Face à esta crise aguda, torna-se imprescindível pensar além da lógica do “dia do desastre” (VALENCIO, 2012), identificado o processo de construção social do risco e as formas de reduzi-lo. No âmago da nova agenda de redução do risco de desastres (RRD), também deveria se encontrar a busca pelo processo de

desenvolvimento sustentável (em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais). A questão que permanece em suspenso se refere às capacidades de colocar em prática os discursos sobre RRD.

A missão institucional da Defesa Civil consiste na redução dos desastres no país, por meio das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação (BRASIL, 2012), porém, essas se concentram, principalmente, em nível da resposta e recuperação do desastre que já se concretizou. Posto que somente 59,26% dos municípios brasileiros possuem unidades de defesa civil (IBGE, 2010 apud. SIENA, 2012), infere-se que a precariedade do atendimento às populações vulneráveis perante os eventos ameaçantes se dá, primeiramente, na existência formal de uma instituição para coordenar essas ações (SIENA, 2012). Entretanto, a existência formal não é garantia de que ele será realizada a contento, a julgar pelas condições das defesas civis no Brasil (LONDE *et al*, 2015).

Como elemento de comparação, na Índia, os investimentos em prevenção de desastres têm se mantido nominalmente estáveis, apesar das diferenças em relação à porcentagem de participação em relação ao PIB. No ano de 2005, pouco depois do tsunami de dezembro de 2004, os investimentos foram de USD 5.09 bilhões (0,6% do PIB de USD 834,2 bilhões); em 2011 houve uma queda nos investimentos para USD 4.96 bilhões (0,26% do PIB de USD 1,843 trilhão) (DHAR CHAKRABARTI, 2012). Nas Filipinas, a porcentagem do PIB investida em ações de prevenção e redução do risco de desastres sofreu um aumento significativo entre os anos de 2009 e 2011, aumentando de 1,4% para 2,1% do PIB (JOSE, 2012). Na Indonésia, a porcentagem do PIB investida em políticas de redução do risco dobrou no período de 2006 a 2012 (DARWANTO, 2012).

No Brasil, a tendência de aumento da porcentagem do PIB investido em ações de associadas a desastres – seja no âmbito da prevenção, preparação, resposta ou recuperação – acompanha a lógica mundial. Entretanto, a porcentagem é bem inferior que a Índia, Filipinas e Indonésia. Em 2006, a porcentagem do PIB investida em ações de prevenção e preparação (vide Tabela 1, Programa 1027) e resposta e reconstrução (Programa 2019) era de somente 0,0009%. Em 2009, um ano após as inundações e deslizamentos que atingiram o Vale do Itajaí/SC, a porcentagem aumentou para 0,02% do PIB. Em 2010, ano das inundações em São Luiz do Paraitinga/SP, a porcentagem aumentou para 0,04% do PIB, o maior nível do período analisado (Tabela 1). Com a catástrofe da Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011, ocorrem investimentos na área de gestão de riscos, com a adoção do Programa 2040 pelo governo federal. A porcentagem do PIB

investida nessa agenda sofreu aumentos sucessivos nos dois anos subsequentes (0,015% do PIB em 2012; 0,023% do PIB em 2013), reduzindo-se novamente no ano de 2014 (0,011% do PIB).

Tabela 1: Investimento público em ações associadas a desastres

	Programa 1027 Prevenção e Preparação para Desastres (2005-2012)*	Programa 1029 Resposta aos desastres e reconstrução (2005-2012)*	Programa 2040 Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (2012- 2014)*	Total de repasses	PIB (em R\$, valores correntes)	Percentual do total de repasses em relação ao PIB
2005	0,00	5.325.901,78	0,00	5.325.901,78	2.170.584.500.000,00	0,000245367
2006	4.464.983,25	19.502.525,84	0,00	23.967.509,09	2.409.449.940.000,00	0,000994729
2007	18.157.098,70	115.465.313,36	0,00	133.622.412,06	2.720.262.930.000,00	0,004912114
2008	51.578.920,79	137.427.476,57	0,00	189.006.397,36	3.109.803.100.000,00	0,006077761
2009	41.089.528,69	837.103.416,87	0,00	878.192.945,56	3.333.039.350.000,00	0,026348112
2010	5.721.827,17	1.689.588.077,19	0,00	1.695.309.904,36	3.885.847.000.000,00	0,043627809
2011	26.716.999,11	457.568.540,43	0,00	484.285.539,54	4.376.382.000.000,00	0,011065888
2012	0,00	152.317.980,80	616.425.881,54	768.743.862,34	4.814.760.000.000,00	0,0159664
2013	0,00	0,00	1.232.277.779,68	1.232.277.779,68	5.331.619.000.000,01	0,023112638
2014	0,00	0,00	688.590.529,89	688.590.529,89	5.778.953.000.000,00	0,011915489

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios, com base em SEDEC/MI;

IBGE, tabelas completas, disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2014/default.shtm>

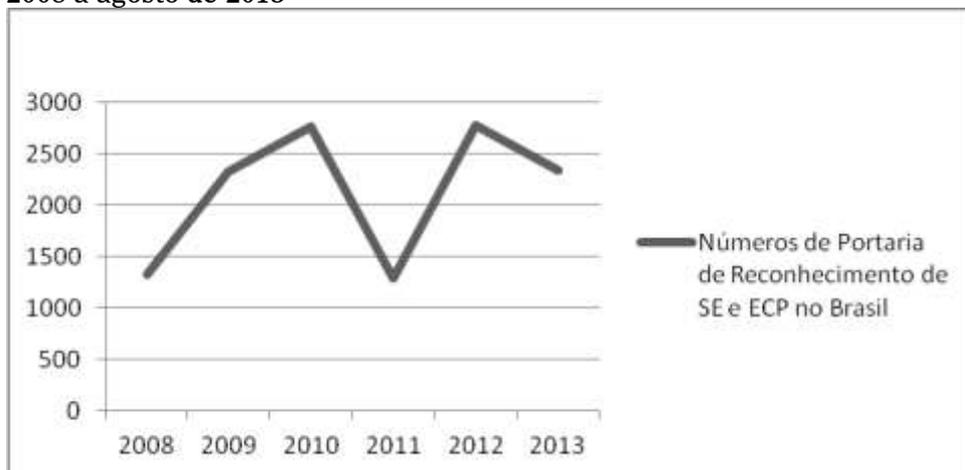
O aumento do número de desastres nos municípios brasileiros pode ser observado a partir do número de portarias de reconhecimento de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP)⁵, publicados pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), no período de janeiro de 2008 até agosto de 2013. Foram registradas 12.807 portarias de reconhecimento de SE e ECP, com a média de 2.134,5 ocorrências por ano, como pode ser observado no gráfico 1, abaixo.

Podemos identificar que o aumento no número de portarias de reconhecimento de SE e ECP do ano de 2008 para 2009 foi de 75,41%, enquanto no ano de 2009 para 2010 foi de 19,23%. Já no ano de 2011, em relação ao ano de 2010 houve uma diminuição do número de portarias de reconhecimento em 53,63%. Novamente voltou a aumentar no ano de 2012 em 116,53% e baixou no ano de 2013 em 15,59%⁶.

⁵ Vale destacar que situação de emergência (SE) consiste no “reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada” (BRASIL, 2007, p.9), enquanto o estado de calamidade pública seria o “reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes” (BRASIL, 2007, p.9).

⁶ Vale ressaltar que a data referente à consulta dos dados no site Ministério da Integração Nacional foi no dia 13 de agosto de 2013.

Gráfico 1: Número de decretos de SE e ECP no Brasil, de janeiro de 2008 a agosto de 2013



Fonte: Os autores, com base em informações da Sedec/MI.

Em relação aos grupos severamente afetados por eventos extremos, do primeiro semestre de 2007 ao primeiro semestre de 2010, 22.089.804 pessoas foram afetadas por chuvas ou secas/estiagens prolongadas (90% dos desastres reconhecidos no país). Do ano de 2006 ao de 2009, o crescimento do contingente de afetados postos em situação de vulnerabilidade extrema devido às perdas causadas pelos desastres foi de 220,81% (VALENCIO e VALENCIO, 2010).

A região Sudeste agrega 1.668 municípios, com 53.078.137 habitantes, e consiste na região mais populosa do país (IBGE, 2010). No período de janeiro de 2008 a agosto de 2013, foram publicadas 1.620 portarias de reconhecimento de SE e ECP, com uma média de 270 desastres por ano. O quadro 1, abaixo, mostra a evolução, por ano, do número de portarias de reconhecimento de desastres na região Sudeste, de acordo com cada Estado da região.

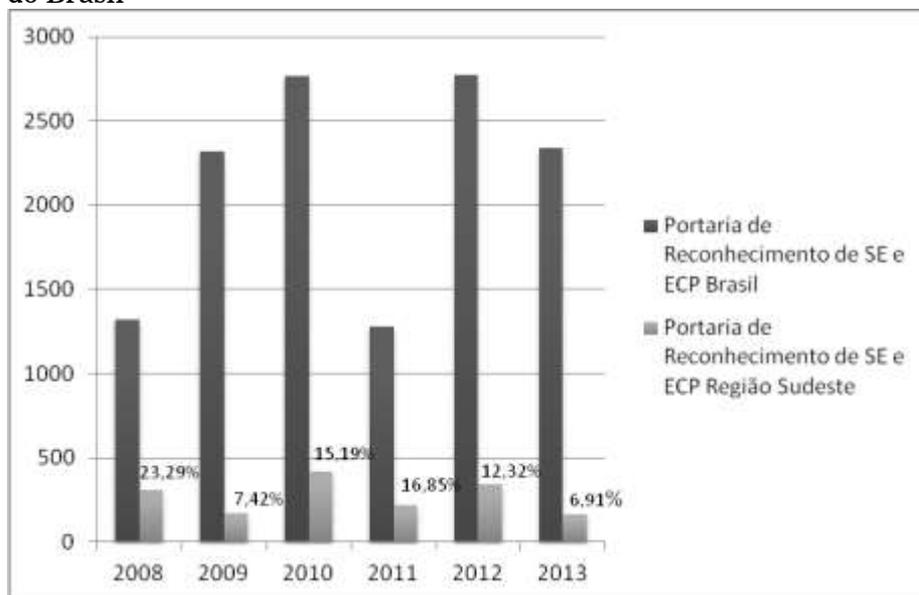
Quadro 1: Número total de portarias de reconhecimento de SE e ECP, no período de janeiro de 2008 a agosto de 2013 na região Sudeste do Brasil

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
São Paulo	18	10	77	60	7	9	181
Rio de Janeiro	4	42	46	30	22	8	152
Minas Gerais	266	77	262	86	290	143	1124
Espírito Santo	20	43	35	40	23	2	163
Total Sudeste	308	172	420	216	342	162	1620
Total Brasil	1322	2319	2765	1282	2776	2343	12807

Fonte: Os autores, com base em informações da Sedec/MI.

Dentre os estados da região Sudeste, o Estado de Minas Gerais apresenta o maior número de decretos (69,38%), seguido pelo Estado de São Paulo (11,17%) e pelo Estado do Espírito Santo (10,06%). Em relação ao número de portarias reconhecidas no país, a região sudeste representa 12,64% em relação ao total do período de 2008 a agosto de 2013. O gráfico 2, abaixo, mostra os dados comparativos da porcentagem de decretos na região Sudeste em relação ao número de portarias de reconhecimento no país.

Gráfico 2: Número de portarias de reconhecimento de SE e ECP, por ano, no período de 2008 a agosto de 2013, em relação à região Sudeste do Brasil



Fonte: Os autores, com base em informações da Sedec/MI.

Em relação ao âmbito nacional, o número de portarias reconhecidas na região Sudeste em 2008 representava 23,29%, sofrendo diminuição em relação ao ano de 2009 para 7,42%, e em 2010 aumentou para 15,19%, em 2011 para 16,85%, sofrendo uma diminuição em 2012 para 12,32%, que até agosto de 2013 diminuiu para 6,91%.

No Estado de São Paulo, entre 1991 e 2010, de acordo com os dados do Atlas Brasileiros de Desastres Naturais (2011, p.34), os danos humanos por inundação brusca somaram 17 pessoas gravemente feridas, 48 desaparecidas, 485 levemente feridas, 1.034 enfermas 153 mortas, 63.653 desabrigadas, 63.133 deslocadas, 92.284 desalojadas, e 3.743.793 afetadas.

Nota-se, portanto, devido à continuidade do alto número de desastres, a ineficácia nas ações da Defesa Civil em torno do planejamento e gestão de desastres no país, já que os dados nos mostram que as ações de prevenção, mitigação do risco e preparação falharam. Dessa forma, podemos dizer que a Defesa Civil não está cumprindo de maneira efetiva a missão institucional da qual foi incumbida, que consiste na redução dos desastres no país. A defesa

civil define desastre como o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL, 2007, p. 8).

Para Oliver-Smith (1998), o desastre consiste na relação de diversos processos e eventos, sejam eles de caráter social, ambiental, cultural, político, econômico, físico ou tecnológico. Um desastre revela que a natureza dessas relações não era sustentável. Desse modo, “os danos concretizados e extensivos, associados ao impacto de um fator de ameaça, já são a constatação da existência de falhas, omissões e inadequações nas ações de redução do risco, prevenção e preparação que o ente público, até ali, produziu” (VALENCIO, 2012, p. 37). Enquanto a preocupação dessa política estiver focada somente no fenômeno físico e não nos grupos sociais que estão em constante processo de vulnerabilização, os danos e prejuízos em relação aos desastres serão cada vez maiores. É relevante, portanto, compreender como os distintos sujeitos tornam-se vulneráveis numa trajetória individual, familiar e coletiva que imbrica múltiplas temporalidades, isto é, inseridos em um processo no qual sua condição de vulnerabilidade compõe uma relação historicamente constituída, e não uma consequência de um desastre pontual (ACSELRAD, 2006).

As políticas redução do risco e de mitigação de danos e prejuízos referentes aos desastres devem estar amparadas nas particularidades expressas nas relações cotidianas, pois essas vidas permanecem em suspenso, “interrompem a vida rotineira, desestabilizam estruturas e adaptações sociais e colocam em perigo visões de mundo e sistemas de significado” (SMITH, 1998: 182). Dentre estas políticas, a reconstrução é essencial e pode ser realizada de duas formas que são: 1) reconstruir as estruturas danificadas da forma como eram antes; e, 2) reconstruir as estruturas danificadas para resistir a outros perigos semelhantes. A segunda alternativa implica custos extras, mas permite, por sua vez, a diminuição do processo de vulnerabilidade. A adoção dessa possibilidade nos conduz a questão da gestão de riscos, ou seja, a adoção de medidas que atuem na atenuação dos perigos e das vulnerabilidades como forma de diminuir o impacto dos desastres (GONÇALVES, 2010 b).

Para compreender melhor os aspectos relacionados à reconstrução será analisado, na próxima seção, o caso de São Luiz do Paraitinga.

Reconstrução e recuperação frente a desastres: o caso de São Luiz do Paraitinga/SP

Historicamente, o crescimento econômico do município está ligado a atividades relacionadas à agricultura. Fundado em 1769, foi somente a partir de 1830 que sofreu grandes mudanças na economia em decorrência do rápido processo de crescimento econômico por conta da monocultura cafeeira da região do Vale do Paraíba. Isso atraiu um grande fluxo migratório: enquanto que em 1836 a população do Vale do Paraíba detinha 105.679 habitantes (a região mais populosa da Província de São Paulo na época), em 1886 o contingente era de 338.537 pessoas, ou seja, mais do que triplicou num período de cinquenta anos. São Luiz do Paraitinga acompanhou essa tendência regional: dos 5.296 moradores existentes em 1836, passam a existir 17.368 habitantes no ano de 1886 (CAMPOS, 2011, p.28 *apud* PETRONE⁷, 1959). A monocultura cafeeira também induziu transformações no espaço urbano, com a construção de várias igrejas e casarões históricos que seriam reconhecidas como patrimônio histórico no século seguinte.

Em razão da crise econômica da monocultura cafeeira, várias fazendas foram desagregadas e novos fluxos migratórios ocorreram: em São Luiz do Paraitinga, dos “25.166 moradores que existiam em 1911, sobraram apenas 11.127 em 1940” (Idem, p.44). Com a crise, a região tentou se reconstituir com base na pecuária, principalmente a leiteira. Todavia, a partir da década de 1970, essa atividade econômica entra em declínio, provocando modificações fundamentais na posse da terra e na produção rural: sítios e fazendas foram vendidos para moradores de cidades grandes e os novos proprietários passaram a utilizá-los como locais de lazer ou para plantações de eucaliptos, o que provocou, por sua vez, o aumento do êxodo rural (CAMPOS, 2011).

Foi também a partir da década de 1970 que as autoridades estaduais ligadas à cultura passam a perceber a importância do patrimônio cultural existente no município e, em 1982, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) promove o tombamento de dezenas de casas, sobrados e igrejas, após um levantamento do patrimônio arquitetônico da cidade. Segundo Campos (2011), a partir desse tombamento as autoridades locais realizaram diversas tentativas

⁷ Consultar: PETRONE, P. A região de São Luiz do Paraitinga: estudo de geografia humana. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

de incluir o município no rol das estâncias turísticas paulistas, o que só veio a ocorrer em 05 de maio de 2002.

Desde então a Estância Turística de São Luiz do Paraitinga apostou no turismo como principal atividade econômica, com destaque para o Carnaval ocorrido nas ruas do Centro Histórico. No carnaval de 2009, por exemplo, o município recebeu 180 mil turistas ao longo de quatro dias (São Luís do Paraitinga quer reduzir turistas no carnaval de 2010, 2009). O ecoturismo ligado a esportes de aventura, como o rafting, também ocorre no município. Uma série de serviços ligada ao setor do turístico se desenvolveu nessa estância turística como pousadas urbanas e rurais, hotéis, restaurantes etc.

Entretanto, entre os dias 1 a 4 janeiro de 2010, o município vivenciou uma grande inundação que atingiu cerca de 80% de sua área urbana, com elevação das águas do rio Paraitinga a cerca de 12 metros acima de seu nível normal. De acordo com Santos (2015, p. 114):

ainda sem ânimo, começamos a limpar os estragos da inundação e surpreendentemente, vários clientes, inclusive da zona rural, começaram a nos ajudar voluntariamente. Relatando meu caso em particular, podemos alongar o exemplo demonstrando a força da solidariedade e a importância do comércio para uma cidade. Não houve auxílio governamental direto: a única facilidade que foi aberta aos comércios locais foram linhas de empréstimo mais rápidas. Um fator que ajudou bastante foi que a própria tragédia acabou mobilizando fornecedores a negociarem bonificações e prazos maiores.

A enchente atingiu, principalmente, o centro histórico (conhecido por possuir o maior conjunto de casarões do século XIX do Estado de São Paulo). Dos 426 imóveis tombados pelo CONDEPHAAT, 18 foram arruinados e 65 sofreram algum tipo de agravo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2010b). Duas igrejas, uma escola municipal, documentos públicos (da prefeitura, dos cartórios e do fórum) foram destruídos e a economia municipal ficou paralisada por quase um mês, com cerca de 225 edificações comerciais danificadas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2010a). Foram cerca de 80 residências destruídas e 146 danificadas, com mais de 5.145 pessoas desalojadas e desabrigadas, ou seja, 49,48% da população total.

Em razão de seu acervo arquitetônico, histórico e cultural e pela repercussão das imagens da queda da Igreja Matriz, o município foi objeto de um conjunto de políticas públicas para sua reconstrução. Os recursos financeiros da prefeitura municipal aumentaram cerca de R\$ 18 milhões, em 2009, para R\$ 42 milhões em 2010, tendo em vista as ações emergenciais e de reconstrução empreendidas durante o ano. O aumento dos recursos foi possível devido às transferências dos governos estadual e federal. Esses recursos foram aplicados para restabelecimento das condições de tráfego (rodovias, ruas etc.), na limpeza dos escombros deixados na cidade, na execução de obras de contenção em áreas de morros, na reconstrução de infraestruturas públicas etc.

Como a principal atividade econômica do município está ligada ao turismo, a grande preocupação no pós-impacto da inundação era atrair novamente os turistas. A tabela 2, abaixo, apresenta a participação percentual dos setores produtivos e dos impostos no Produto Interno Bruto em São Luiz. O setor de serviços é o principal setor econômico do município, com destaque para o turismo e seu calendário de festas (principalmente o carnaval e a Festa do Divino) que movimenta a economia municipal.

Tabela 2: Participação percentual dos setores produtivos e dos impostos no Produto Interno Bruto de São Luiz do Paraitinga de 2008 a 2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Valor adicionado bruto da agropecuária (em %)	11,23	12,71	12,50	12,06	8,40
Valor adicionado bruto da indústria (em %)	12,38	11,64	11,98	10,86	11,27
Valor adicionado bruto dos serviços (em %)	69,99	70,07	67,54	71,47	71,16
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios (em %)	6,41	5,58	7,97	5,60	7,30
PIB (em mil R\$)	74.997	82.828	89.561	115.211	107.287

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355000&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>

Se, por um lado, as imagens da queda da Igreja Matriz, veiculadas por todas as emissoras de televisão do país, contribuíram para sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para o envio de doações de alimentos, roupa, ajuda voluntária, etc., por outro contribuíram

para difundir a imagem de que a cidade estava destruída, ou seja, uma imagem negativa para a atividade turística. Ainda, havia a questão da inviabilidade de oferta de todas as atividades relacionadas ao setor de serviços turísticos com a carência de produtos de mercados, restaurantes e padarias na cidade, uma vez que elas tinham sido danificadas ou destruídas; de outro lado, o indutor do turismo no município estava muito atrelado a uma agenda cultural promovida e divulgada pela Prefeitura. O quadro de funcionários da Prefeitura não só foi parcialmente atingido na inundação, como também foi mobilizado para tarefas atinentes às prioridades na reconstrução como, por exemplo, na organização de uma Prefeitura provisória, na realização de novos cadastros sociais porque grande parte havia sido destruída.

Nesse período, a estratégia foi divulgar veementemente a reconstrução do município. Para tanto, criou-se um programa chamado “Canteiro Aberto” com o objetivo de dinamizar a economia local a partir do incentivo ao acompanhamento e realização de visitas técnicas das obras e ações de reconstrução e salvamento do patrimônio arquitetônico, de contenção de encostas e proteção das moradias etc. Coadunando com a mesma linha de atuação prevista por esse projeto no tocante a mobilizar a reconstrução em seus aspectos positivos, também foi desenvolvido, em parceria com a Universidade de Taubaté e o Diário Oficial do Estado de São Paulo, um periódico de circulação quinzenal intitulado ‘Jornal da Reconstrução’, que teve vigência de março de 2010 a março de 2011, com dezoito números.

Grande parte das manchetes do ‘Jornal da Reconstrução’ versava sobre as ações de reconstrução que estavam por vir, sempre fazendo menções a investimentos a serem realizados e enfatizando aspectos centrais para a realidade local: a reconstrução da Igreja Matriz, as inundações do rio Paraitinga, a retomada do turismo, o patrimônio cultural, as construções de novas casas populares. Havia espaço também para histórias de superação dos comerciantes locais. Em síntese, o objetivo era criar a imagem de que a cidade estava se reconstruindo, seja em seus aspectos materiais como também imateriais, fenômeno esse que acaba por gerar uma narrativa coletiva que enseja um capital social dinamizador da economia local: “se tal restaurante reabriu, porque não posso tentar um financiamento e reabrir o meu?”, questiona um dos comerciantes locais (entrevista realizada em novembro de 2011).

Se, por um lado, fez-se menção aos grandes investimentos recebidos criando-se, por conseguinte, o imaginário de que dinheiro não seria problema para a reconstrução do município, por outro lado,

isso não implicou que a distribuição dos investimentos fosse condizente ao conjunto de perdas materiais havidas. Se a grande preocupação era a retomada do turismo como atividade econômica, revelam-se aspectos contraditórios como a inexistência de políticas de reconstrução voltadas ao restabelecimento do comércio e outras atividades correlatas, das quais o turismo depende.

Um proprietário de um restaurante local destaca o conjunto de perdas diretas decorrentes da inundação e indiretas nos anos seguintes de seu pós-impacto, demonstrando como o desastre tem uma continuidade dependendo das posições sociais que os agentes ocupam no espaço social. Essas perdas diretas referem-se aos danos infraestruturais de sua edificação cujos gastos para reparos e substituições se intensificam devido ao fato do imóvel ser tombado pelos órgãos do patrimônio histórico: as portas e janelas da fachada da edificação devem ser reparadas, conservando o projeto original, o que implica gastos adicionais devido ao fato de serem feitas a partir de encomendas e com material de maior custo. A isso se adicionam os custos referentes aos reparos/substituições de equipamentos do restaurante, ao pagamento de funcionários mesmo com o estabelecimento comercial inoperante, ao pagamento de mão de obra para reparos etc.

As perdas indiretas se referem ao quanto se deixou de lucrar em decorrência das principais festividades turísticas do início do ano – entre as quais, o Carnaval em fevereiro de 2010 – não ocorrerem em virtude da cidade não ter infraestrutura reconstruída. No ano seguinte à inundação de 2010, as perdas indiretas continuaram a ocorrer, uma vez que o movimento de turistas foi baixo, implicando um fluxo monetário aquém do esperado quando comparado ao que foi investido para reconstruir o negócio. Muitos comerciantes vieram à falência. Outros, por sua vez, fecharam contratos com as empresas construtoras que vieram ao município para as ações de reconstrução/restauro/construção, fornecendo refeições aos funcionários dessas empresas. Conforme relata o proprietário de um restaurante:

só no primeiro ano, pelo fato da enchente, a gente deixou de ganhar uns setenta mil, né, que é o começo da temporada, festival de marchinha, carnaval, que é forte nosso, que sustenta a gente praticamente no restante do ano, né, diminuiu o fluxo de turista, então são dois meses, de dois a três meses de trabalhos pesado que segura o restante do ano, então a

gente perdeu isso, e não só perdemos isso no primeiro ano de enchente, com esse segundo ano que veio agora também, foi totalmente alguém do que a gente achava do que poderia ser (...). Muita gente quebrou, que nem eu tava quase fechando as portas aqui, só não vou fechar as portas aqui, porque na última hora eu consegui fechar um contrato com a empresa que vai vir trabalhar agora aqui na igreja, que ela vai reconstruir a igreja, que vai ser em torno de oitenta a cem funcionários, então a partir de janeiro agora ela começa a trabalhar e começa um fluxo diário aqui de café da manhã, almoço e jantar, porque a gente estava assim, você está aqui e está vendo o movimento... (entrevista realizada em novembro de 2011).

Em outras palavras, há o prejuízo das perdas diretas e das perdas indiretas daquilo que se deixa de ganhar, como também as dificuldades quanto à mobilização de capital para reinvestir e reiniciar as atividades econômicas de outrora. Diante disso, muitos contraíram empréstimos com as taxas de juros correntes do mercado, o que contribui para acentuar o quadro de incertezas quanto à recuperação. O diretor de turismo do município reconhece a inexistência de políticas públicas de recuperação socioeconômica que priorizassem linhas de crédito especiais aos comerciantes logo no primeiro ano do processo de reconstrução. Assim, no primeiro ano do processo de reconstrução, as linhas de financiamento ficaram restritas aos empréstimos a juros correntes do mercado:

nem tudo aconteceu no seu devido tempo, né? As coisas vieram depois e tal e no momento que as pessoas mais precisavam muitas pessoas no desespero, no momento sensível ali, recorreram a empréstimos normais nos bancos. Depois se tentou empréstimo do governo, caixa de desenvolvimento do Estado de São Paulo, os juros eram juros lógico, eram juros alto pras pessoas naquele momento. E depois de um ano, um ano e meio chegou o Banco do Povo aqui em São Luiz do Paraitinga (...)Então ajudava, os juros eram bons, aí sim era possível fazer uma

reconstrução. Então as pessoas acabaram adquirindo vários outros empréstimos por ai e estão tentando pagar. (entrevista realizada em novembro de 2011).

As dificuldades apresentadas no tocante à recuperação das atividades comerciais se adicionam aos entraves burocráticos da reconstrução de moradias situadas no Centro Histórico. Se, por um lado, o tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) permitiu a obtenção de recursos para a reconstrução do centro histórico do município, por outro, dificultou o processo construtivo devido às exigências de reforma e construção da antiga fachada dos casarões particulares e pela burocracia e ausência de recursos financeiros suficientes para finalizar algumas obras em andamento. Assim, com o passar do tempo, a paisagem turística do Centro Histórico passou a expressar a ambiguidade entre os casarões reconstruídos e as ruínas dos casarões, prejudicando a principal atividade econômica do município. Diante disso, no final do ano de 2011, o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, criou uma política para reforma de casarões históricos privados, para proprietários que recebessem até dez salários mínimos.

De modo geral, a política de reconstrução foi marcada pela substituição daquilo que se perdeu, reproduzindo uma ordem socioespacial de outrora que historicamente se mostrou insustentável. Isto é, apesar dos problemas endêmicos e das vulnerabilidades apresentadas, o desastre em São Luiz do Paraitinga/SP não é interpretado como oportunidade de uma reconstrução baseada em um processo de desenvolvimento com metas de redução da vulnerabilidade e aperfeiçoamento das capacidades sociais e econômicas. As políticas de reconstrução baseadas na substituição acabam reproduzindo a expressão material de padrões sociais e econômicos de desigualdade e vulnerabilidade (OLIVER-SMITH, 1994). Em vez de buscar a diversificação das atividades econômicas tornando o município menos dependente do turismo, a política de reconstrução reforçou a lógica de outrora reproduzindo o padrão de vulnerabilidade socioeconômica existente, atestando o abandono da zona rural que historicamente foi o grande gerador de divisas do município.

Ademais, a natureza das políticas públicas direcionadas ao processo em tela colocou sua ênfase na reconstrução de infraestruturas

físicas, desconsiderando a recuperação psicossocial das populações afetadas. Dito de outro modo, se o desenvolvimento é a melhoria do padrão de vida da população, não houve política pública direcionada ao atendimento psicossocial dos afetados nesse desastre, sobretudo de grupos sociais que merecem atenção especial em razão de sua vulnerabilidade, tais como os idosos. Como exposto anteriormente, 15,64% (1.626 pessoas) tem mais de 60 anos (IBGE, 2011). Muitos dos moradores dos casarões destruídos do Centro Histórico eram idosos que tiveram de sair de suas casas e vieram a adoecer e a falecer alguns meses depois da inundação. Embora não se possa correlacionar diretamente a ocorrência da morte à inundação, o fato é que tais grupos sociais, quando afetados num desastre, demonstram maiores fragilidades no processo de recuperação, não só diante do processo de sofrimento social diante das perdas materiais e imateriais havidas, bem como da projeção que fazem em relação ao porvir.

Os luizenses, além de ter que lidar com o sofrimento pessoal, familiar e comunitário em torno da perda de grande parte de seus pertences – como a perda da casa, de móveis, de roupas, de utensílios domésticos e do comércio em geral – ainda teve que lidar com o sofrimento relacionado à perda súbita de uma parte significativa do patrimônio histórico e cultural local. A perda do patrimônio cultural da cidade afetou bruscamente o ritmo da vida comunitária, organizado a partir de suas rotinas estabelecidas no lugar. Por exemplo, podemos citar a destruição da Igreja Matriz, que tinha importância cultural muito forte no município, pois constituía a identidade do grupo. De acordo com Campos (2011, p. 50, grifo nosso),

muitas pessoas que ficaram desalojadas, saindo apenas com a roupa que estavam usando, lamentavam mais a queda do templo do que a perda de suas casas e de seus bens. **Sua reconstrução ficou, no imaginário dos moradores, como um sinal da reconstrução da cidade e de suas vida.**

A vida religiosa marca a cultura e a história luizense (CAMPOS, 2011). A perda súbita e inesperada dos principais estabelecimentos religiosos da comunidade gerou grande sofrimento para os munícipes, visto que 84,6% dos luizenses são católicos.

Nesse sentido, podemos dizer que a vivência do desastre em São Luiz do Paraitinga foi marcada pela resistência por meio das manifestações culturais. Os valores e as crenças locais foram

elementos cruciais para reconstrução do município, em nível simbólico.

A reconstrução ocorreu tanto no mundo prático, quanto no mundo simbólico. O debate sobre desenvolvimento e desastres não pode estar desvinculado das dimensões sociais e culturais dos grupos sociais, pois o enfrentamento coletivo faz parte do desenvolvimento local. Todavia, como assevera Sorokin (1942), não podemos generalizar esses efeitos a toda sociedade. Entretanto não podemos negligenciar que eles existem. Longe de ser um fenômeno pontual e natural, o desastre tem uma continuidade e transcorre em um tempo social. “A preocupação em preservar o que é considerado um bem cultural nas diversas comunidades acompanha, quase sempre, outra discussão que é sobre a importância de estratégias de desenvolvimento para ajudar a preservar o patrimônio” (SANTOS, 2016, p.90).

Considerações finais

A insustentabilidade do desenvolvimento brasileiro manifesta mais uma de suas sombrias facetas no aumento do número de desastres e no agravamento desses desastres em termos de perdas materiais e imateriais. A dificuldade de enfrentar os desastres do ponto de vista sistêmico gera um perfil de gestão de desastres positivista que volta suas forças para o enfrentamento da parte mais visível e midiática de um desastre, que é o momento da resposta da Defesa Civil ao mesmo. Os aspectos ligados à prevenção, à recuperação e redução do risco de novos desastres têm sido continuamente relegados.

Em alguns casos particulares, um desastre pode ser um elemento indutor de desenvolvimento. Esse é o caso de São Luiz do Paraitinga. Se no Brasil o processo de reconstrução encontra um conjunto de dificuldades, com destaque para a morosidade para a liberação de recursos, São Luiz do Paraitinga conseguiu, devido à sua especificidade de município com patrimônio histórico, recursos reconstrução. As transferências de recursos estaduais e federais permitiram a reconstrução de grande parte do acervo arquitetônico público e privado, destruído pela enchente de 2010.

Contudo, o processo de reconstrução não foi conduzido tendo em vista a diminuição das vulnerabilidades municipais a novas enchentes, mesmo que obras de contenção de encostas tenham sido realizadas no município. As obras pontuais não são capazes de conter os processos de degradação socioambiental que ocorrem na bacia

hidrográfica, para além da escala municipal, como, por exemplo, as mudanças no uso do solo e o conseqüente assoreamento do leito do rio.

A produção de um desenvolvimento que reproduz vulnerabilidades no tempo e no espaço é um paradoxo e, apesar do êxito do processo de reconstrução, medidas de redução do risco, associadas com a recuperação ambiental da bacia do rio Paraitinga, deveriam ser prioritárias para diminuir a vulnerabilidade de São Luiz do Paraitinga a novas inundações. Por fim, as políticas públicas que promovam a prevenção e preparação para possibilitar o treinamento da população, no sentido de melhorar a proteção civil frente à possibilidade de novas inundações no município, ainda são incipientes, verticalizadas e nem sempre têm continuidade devido às mudanças das defesas civis a cada eleição municipal.

O que esta análise de caso revela é que as políticas de reconstrução e recuperação em desastres, assim como as ações de redução do risco de novos desastres, não podem ser atribuições exclusivas da defesa civil. Para reduzir as perdas materiais e imateriais em desastres, torna-se imprescindível a mobilização de uma agenda pública que articule desenvolvimento e redução do risco de desastres, envolvendo atores públicos dos três níveis de governo e sociedade civil. Somente a partir disso se poderão reduzir os riscos existentes e evitar que novos sejam criados pela lógica avassaladora dos processos de crescimento econômico em que o ambiente é visto como mercadoria.

Agradecimentos

A pesquisa foi financiada com recursos da FAPESP, Capes e do CNPq. As opiniões, conclusões e recomendações expressas nesse material são dos autores e não necessariamente refletem as visões das instituições de financiamento e às quais pertencem.

Referências

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006. **Anais...**

ADELMAN, Irma. Fallacies in development theory and their implications for policy. In: MEIER, Gerald M.; STIGLITZ, Joseph E. (ed.) **Frontiers of development economics: the future in perspective.**

Washington, DC: The World Bank and Oxford University Press, 2001, p. 103-148

ANDERSON, M. B. Que cuesta más, la prevención o la recuperación? in: LAVELL, A. **Al norte del rio grande Ciencias Sociales, Desastres: uma perspectiva Norteamericana**. La RED, Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1994, p. 7-14.

BRANDÃO, C. A. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar in: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Organizadores). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 151 - 185.

BRASIL, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, Nº 70, quarta-feira, 11 de abril de 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília, 2007. 82 p. Disponível

em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pndc.asp>>. Acesso em: outubro de 2012.

CAMPOS, J. T. **A imperial São Luiz do Paraitinga: história, educação e cultura**. Taubaté: Resolução Gráfica, 2011. 118p.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEPAL; BID. Um tema del desarrollo: la reducción de la vulnerabilidade frente a los desastres. Seminário: Enfrentando desastres Naturales: una cuestión del desarrollo. Nueva Orleans: 2000. **Anais...**

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência**. São Paulo: LiberArs, 2016, p. 101

DARWANTO, H. Understanding Existing Methodologies for Allocating and Tracking National Government Budget for Disaster Risk Reduction in Indonesia. Study commissioned by UNISDR under the ADB supported RETA 6511 (Regional Stocktaking and Mapping of

Disaster Risk Reduction Interventions in Asia and the Pacific). 2012. Disponível em: <<http://www.preventionweb.net/gar>>.

DHAR CHAKRABARTI, P. G. Understanding existing methodologies for allocating and tracking DRR resources in India. Study commissioned by UNISDR in collaboration with ADPC. Bangkok, Thailand. 2012. Disponível em: <<http://www.preventionweb.net/gar>>.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

GONÇALVES, J. C. **A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010a.

GONÇALVES, J. C. Impactos e medidas econômicas relacionados com desastres. **Com Ciência** (UNICAMP), v. 117, p. 1-3, 2010b.

IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. MUNIC/Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **Perfil do Municípios Brasileiros: assistência social 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JOSE, S. R. Preliminary examination of Existing Methodologies for Allocating and Tracking National Government Budget for Disaster Risk Reduction (DRR) in the Philippines. Study commissioned by UNISDR under the ADB supported RETA 6511 (Regional Stocktaking and Mapping of Disaster Risk Reduction Interventions in Asia and the Pacific). 2012. Disponível em: <<http://www.preventionweb.net/gar>>.

LAVELL, A. Desastres y Desarrollo: Hacia un Entendimiento de las Formas de Construcción Social de un Desastre: El Caso del Huracán Mitch em Centroamérica in: GARITA, N.; NOWALSKI, J. **Del Desastre al Desarrollo Sostenible: El Caso de Mitch en Centroamerica**. BID y CIDHS, 2000.

LONDE, L. R.; SORIANO, E.; COUTINHO, MARCOS P. Capacidades das instituições municipais de Proteção e Defesa Civil no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista do Departamento de Geografia** (USP), v. 30, p. 77-95, 2015.

MCBEAN, G. A. Integrating disaster risk reduction towards sustainable Development. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v.4, p.122-127, 2012. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cosust.2012.01.002>

OLIVER-SMITH, A. Global Changes and the definition of disaster. In: QUARANTELLI, Enrico L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.177- 194.

OLIVER-SMITH, A. Reconstrucción después del desastre: una visión general de secuelas y problemas. In: LAVELL, Allan (org.). **Al Norte del Rio Grande**. Panamá: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1994. p. 25-40.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. **As novas casas populares**. Jornal da Reconstrução. 2ª quinzena de março. 2010b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. **Formulário de Avaliação de Danos**. 01 jan. 2010a.

SACHS, Ignacy. **Caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 11 a. edição, 2002.

SANTOS, Daniel Messias dos Santos. **Os sentidos da patrimonialização no processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais). Universidade de Taubaté, UNITAU, Brasil, 2016. Disponível em: <http://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2014/dissertacoes/mdh/Daniel-Messias-dos-Santos.pdf>.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SANTOS, João Rafael Cursino. **A cultura como protagonista no processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 2015. Disponível em: www.teses.usp.br/.../2015_JoaoRafaelCoelhoCursinoDosSantos_VOrig.pdf

SÃO LUÍS DO PARAITINGA quer reduzir turistas no carnaval de 2010. **Portal G1**. 26 de fevereiro de 2009, 18h19. Disponível em: <http://g1.globo.com/Carnaval2009/0,,MUL1019587-16634,00-SAO+LUIS+DO+PARAITINGA+QUER+REDUZIR+TURISTAS+NO+CARNAVAL+DE.html> Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

SIENA, M. A Política de Assistência Social em contexto de desastres Relacionados às Chuvas: um estudo sobre o município de Ribeirão Preto/SP. In: **Sociologia dos Desastres: construções, interfaces e perspectivas no Brasil**. Volume III. 1ª edição. São Carlos. Rima Editora, 2012. P. 38-61.

SOROKIN, P. A. **Man and society in calamity: the effects of war, revolution, famine, pestilence upon human mind, behavior, social organization and cultural life**. New York: E.P. Dutton and Company, 1942.

THORNBURG, A. P., KNOTTNERUS, D. J., & WEBB, G. R. (2007). Disaster and deritualization : A re-interpretation of findings from early disaster research. **Science Journal**, 44, 161-166. doi:10.1016/j.sosci.2006.12.012

TIERNEY, K. J. Aspectos socioeconômicos de la mitigación del peligro in: LAVELL, A. **Al norte del rio grande Ciencias Sociales, Desastres: uma perspectiva Norteamericana**. La RED, Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1994, p. 77-90.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume** Rio de Janeiro. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011. 63 p.

VALENCIO, N. (2010). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. Volume II. (N. Valencio, Ed.) *Interfaces* (1st ed., p. 238). São Carlos: Rima Editora.

VALENCIO, N. F. L. S. Da morte da quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre in: VALENCIO, N. F.L. S.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. VOLUME I. São Carlos: RiMA editora, 2009.

VALENCIO, N. **Para Além do 'Dia do Desastre'**. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2012. 250 p.

VIEIRA E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil.